

Gabinete da Defensoria Pública Geral

EDITAL Nº 456/2023

DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA PARA ATUAÇÃO EM ATIVIDADE CUMULATIVA NA 43ª DEFENSORIA AUXILIAR DE ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA (Auxiliando em apoio em audiências e casos de impedimentos e suspeições)

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições e na forma do que preconiza o art. 100, da Lei Complementar nº. 80/1994; e art. 36, §§ 2º e 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06/1997, torna público, para ciência dos interessados, que estão sendo destinadas vagas para atuação na 43ª DEFENSORIA AUXILIAR DE ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA (Auxiliando em apoio em audiências e casos de impedimentos e suspeições) a ser provido por DESIGNAÇÃO, conforme regras a seguir estabelecidas:

CONSIDERANDO a entrada em vigor da Lei Complementar nº 251/2021, que alterou a Lei Complementar nº 06/1997, instituindo, no âmbito da Defensoria Pública Geral, a vantagem remuneratória por atividade cumulativa, devida aos defensores públicos que acumulem o exercício de suas atividades em órgãos de atuação;

CONSIDERANDO a Instrução Normativa nº 110/2021, que dispõe sobre a vantagem por atividade cumulativa devida aos defensores públicos e defensoras públicas de 1º e 2º grau, no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Ceará;

CONSIDERANDO a necessidade de ampliação da abrangência da Defensoria Pública do Estado do Ceará, otimizando recursos financeiros com o preenchimento de comarcas, órgãos de atuação e núcleos defensoriais que não possuem Defensores(as) Públicos(as).

RESOLVE:

Art. 1°. Oferecer 01 (uma) vaga para atuação em atividade cumulativa na 43° DEFENSORIA AUXILIAR DE ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA (Auxiliando em apoio nas audiências e casos de impedimentos e suspeições), nos seguintes atos:

I - a participação em audiências designadas entre 13h e 17h, decorrentes dos pedidos de compensação formalizados dentro do prazo do art. 2º da Resolução nº 118/2015 e das pautas colidentes derivadas das atividades cumulativas ou substituições automáticas;

II - o acompanhamento processual, nas hipóteses de impedimentos e suspeições, de processos nas comarcas de Várzea Alegre, Tabuleiro do Norte, Coreaú, Paracuru, Farias Brito e Mauriti-CE, à exceção de participação em sessões do



Gabinete da Defensoria Pública Geral

Tribunal do Júri.

- §1º. A designação a que se refere o *caput* deste artigo, ocorrerá pelo período de **06** (seis) meses, a partir de **04 de dezembro de 2023**, podendo ser prorrogado a critério do CDI.
- §2º. O(A) Defensor(a) Público(a) designado(a) ficará responsável por **todos os atos judiciais e extrajudiciais** mencionados no presente edital, **sem prejuízo** das funções oriundas de sua titularidade ou designação fixa.
- §3º. Para o exercício das atividades mencionadas no presente edital, não haverá necessidade de deslocamento, sendo considerada como sede das atividades a Comarca de Fortaleza-CE.
- Art. 2°. Terá **prioridade** na escolha o(a) Defensor(a) Público(a) com atuação (titularidade ou designação fixa) na **Comarca de Fortaleza-CE.**
- §1º. Havendo mais de 01 (um/uma) interessado(a), a escolha observará o critério da **antiguidade**.
- §2º.Não havendo interessados(as) com atuação na Comarca de Fortaleza-CE na vaga ofertada neste Edital, poderá ser selecionado(a) Defensor(a) Público(a) com atuação em outra comarca, observada a antiguidade.
- §3º. Será formada lista de suplentes para o caso de desistência ou qualquer outra forma de não preenchimento do órgão de atuação/núcleo defensorial ofertado antes do prazo estabelecido neste Edital.
- Art. 3°. Após o término do prazo previsto no §1°, do art. 1°, deste Edital, o(a) Defensor Público(a) perderá a preferência pelo período de 01 (um) ano para novas designações temporárias para atividade cumulativa, nos termos do art. 7°, da Instrução Normativa nº 110/2021.
- §1º. Não perderá a preferência referida no caput deste artigo o(a) Defensor(a) Público(a) que:
- I desistir da atuação cumulativa antes de completado o primeiro mês;
- II atuar como suplente nas férias, licenças ou afastamentos, até 30 dias.
- §2º. Durante o período referido no caput, o(a) Defensor(a) Público(a) que encerrou ou desistiu de uma atividade cumulativa há mais tempo terá preferência sobre o(a) que encerrou ou desistiu há menos tempo e sobre o(a) que está em atividade cumulativa.



§3º. No caso do §2º, havendo empate, terá preferência o(a) mais antigo(a).

Art. 4°. O(A) Defensor(a) Público(a) selecionado(a) para realizar atividade cumulativa perde a preferência para atividade extraordinária.

Art. 5°. Será expedida, pelo Gabinete da Defensoria Pública Geral, nos termos da Lei Complementar Estadual n°. 06, de 28/04/97, publicada do D.O.E. de 02/5/97, portaria específica para atuação cumulativa na referida atividade jurídica, **sem prejuízo** das funções ordinárias do(a) Defensor(a) Público(a) selecionado(a) para atuar no supracitado órgão de atuação/núcleo defensorial.

Art. 6°. Os(As) Defensores(as) Públicos(as) interessados(as) para concorrer à vaga ofertada neste Edital deverão realizar suas inscrições através de *link* próprio disponibilizado na plataforma *NOSSA DEFENSORIA*, até o dia **03 de dezembro de 2023**.

Art. 7°. A divulgação do(a) Defensor(a) Público(a) selecionado(a) e a lista de suplentes será feita através da *integra* da DPGE, no dia **04 de dezembro de 2023.**

Art. 8º As atividades realizadas durante a atuação cumulativa descritas neste Edital deverão ser cadastradas no Sistema **NOSSA DEFENSORIA**, dentro de "Processos", especificamente no campo "Atividades", em "espécie", preencher: "cumulativa", no prazo estabelecido no art. 2º da Resolução nº. 55/2011.

Art. 9. Os casos omissos serão decididos pela Defensora Pública Geral do Estado.

GABINETE DA DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, aos 28 de novembro de 2023.

Elizabeth das Chagas Sousa

Told M.

Defensora Pública-Geral do Estado